

Os Povos Originários Xokleng/Laklãnõ e a Economia Solidária: reflexões sobre a vivência na cidade de Blumenau/SC

Flávia Roberta Busarello¹
Jussara Inácio²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da Economia Solidária como possível “lugar de calor” na cidade de Blumenau para os povos originários Xokleng/Laklãnõ. Para tanto, o estudo parte da vivência das autoras no grupo EDUCOGITANS e na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), ambos da Universidade Regional de Blumenau (FURB). O referencial teórico utilizado foi da Psicologia Social de base sócio-histórica. No artigo é observado como a participação dos sujeitos indígenas Xokleng/Laklãnõ nas atividades da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI) e Fórum de Economia Solidária de Blumenau (FESB) se tornou um espaço de potência, trocas de conhecimento e protagonismo para os indígenas que estão em trânsito ou migraram para o contexto urbano.

Palavras-chave: Economia Solidária; Xokleng/Laklãnõ; Cidade; Blumenau.

Introdução

Este trabalho visa analisar o modo como a Economia Solidária pode se tornar um “lugar de calor”³ na cidade e ser uma resistência à dialética exclusão/inclusão social vivenciada pelos povos originários, dando destaque para o povo Xokleng/Laklãnõ e sua migração para a cidade de Blumenau/SC. Para tanto, o presente estudo se baseou nas impressões e vivências durante a participação das autoras tanto como bolsistas no grupo de pesquisa EDUCOGITANS “Planejamento Pedagógico-Didático e Formação Intercultural de Professores para a Revitalização da Língua e da Cultura Laklãnõ nas Escolas Indígenas Laklãnõ e Bugio em Santa Catarina” e no projeto de extensão universitária intitulado Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB), ambos alocados na Universidade Regional de Blumenau (FURB).

O nome Xokleng foi dado pelos brancos para designar “o povo que anda ligeiro”, e a expressão Laklãnõ, escolhida por esse povo originário, tem vários significados, entre eles “povo do sol”. Portanto, nas presentes linhas, o povo que era apenas conhecido como Xokleng será mencionado como povo Xokleng/Laklãnõ, respeitando a escolha desses sujeitos. Esse povo originário vive em oito aldeias situadas em quatro municípios (Doutor

¹ Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC/SP. Bolsista do CNPq fez doutorado sanduíche com bolsa CAPES/ PDSE na Universidad de Salamanca (USAL). E-mail: frbusarello@gmail.com

² Graduada em Direito. Mestranda em Educação da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Participante do grupo EDUCOGITANS. E-mail: jussara.inacio85@gmail.com

³ Expressão utilizada por SAWAIA, 1995.

Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Victor Meirelles) do estado de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí/SC. Essas aldeias formam a Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ, que remonta à Reserva Indígena Duque de Caxias, criada em 1914 para proteger os indígenas dos conflitos com os brancos descendentes de europeus.

O Brasil possuía em 2010 305 etnias e 896.917 indígenas e, destes, 324.834 (36,2%) viviam na zona urbana segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Apesar dessas diferentes etnias e realidades, no imaginário popular predomina uma visão genérica do indígena, um sujeito com penacho, poucas roupas e residindo num lugar distante do contexto urbano, com pouco ou nenhum acesso à tecnologia. Além de não respeitar as diferenças étnicas, generalizando e homogeneizando a figura do indígena, esta visão é alimentada a todo o momento com a mídia e livros didáticos, e torna-se uma grade normativa para o que é pensado como ser ou não indígena.

Além do estereótipo posto sobre o povo originário, o mesmo sofre violências que vem ocorrendo desde a invasão do Brasil. Nem toda violência é unicamente física, muitas estão presentes no discurso autorizado do branco, e geram um não lugar e/ou lugar de configuração de identidade negativa, que rotula os indígenas como atrasados, exóticos, preguiçosos, entre outros.

Apesar da história ser marcada pela violência e genocídio entre os brancos e indígenas, a migração para as cidades do entorno, no caso dos Xokleng/Laklãnõ, é feita em busca de melhores condições de vida, e acesso ao estudo, trabalho ou comercialização para seu artesanato (BUSARELLO, 2017; HENRIQUES, 2000). No presente caso estão migrando, principalmente, para Blumenau/SC, uma cidade, que se auto-intitula de “cidade alemã”: uma cidade que é loira, característica que interessa ser reproduzida, pois dá à cidade um valor maior de mercadoria turística e alimenta o mito fundador deste local.

Este artigo também possui o objetivo de relatar a movimentação do povo Xokleng/Laklãnõ juntamente com a Economia Solidária na cidade de Blumenau, demonstrando as contribuições da Economia Solidária para as comunidades tradicionais, e o modo como essa prática pode ser um “lugar de calor” na cidade. Também tem o intuito de fazer um movimento político que possibilita que o povo originário transite e dialogue nos mais diversos territórios, sem deixar de ser indígena por conta disto.

O Povo do Sol: O Povo Xokleng/Laklãnõ

Em 1975, o governo estadual de Santa Catarina iniciou a construção, na Terra Xokleng/Laklãño,, da Barragem Norte, que possuía a finalidade de conter as enchentes na região do Vale do Itajaí/SC. Esta construção trouxe para o povo da Terra Indígena Xokleng/Laklãño a impossibilidade de continuar a viver da agricultura e da pesca, como faziam até então, fato que levou, principalmente os jovens, a migrarem para as cidades da região, e muitos outros a migrar de forma esporádica para comercializar seus produtos (KEIM, 2014).

A partir da construção da Barragem, a vida na Terra Indígena Xokleng/Laklãño mudou, não apenas em âmbito físico, mas também nas relações psicosociais, como afirma Henriques,

a partir do momento em que houve a interferência da Barragem na TI, novas relações sociais foram estabelecidas, dando início às alterações dos estilos de vida da população, modificando também seus projetos individuais e coletivos (HENRIQUES, 2000, p. 6).

A autora explica que a migração não deve ser apreendida como consequência exclusiva das perturbações laterais da construção da Barragem, em virtude de deslocamentos anteriores já terem sido registrados, entretanto a mudança de condições de vida após a construção desta aumentou a busca por qualidade de vida e projetos futuros. Segundo Konell (2013, p. 29) “com a barragem os indígenas não podiam mais viver próximos ao rio, pois quando chovia muito, ela enchia e inundava suas casas e estragava suas plantações” o que dificulta a vida desse povo até os dias atuais. Essas inundações provocaram um movimento da comunidade junto às autoridades governamentais, que responderam com a construção de novas moradias edificadas distantes umas das outras e distante dos rios, dificultando os hábitos da vida familiar, comunitária e coletiva e também produtiva dos Xokleng/Laklãño (KEIM, 2014).

A partir da construção da barragem foi feita a abertura de estradas, o que facilitou a circulação dos caminhões de madeireiros, ocasionando outras formas de violência e intervenção no território e nos modos vidas, como a proliferação de doenças (HENRIQUES, 2000). Com essas inúmeras mudanças na Terra Indígena após a construção da Barragem Norte, Henriques afirma que “a partir do momento em que houve a interferência da Barragem na Terra Indígena, novas relações sociais foram estabelecidas, dando início às alterações dos estilos de vida da população, modificando também seus projetos individuais e coletivos” (2000, p.6). Portanto a construção feita pelo branco não teve apenas repercussões no sentido físico, mas também cultural e

psicossocial, gerando impactos historicamente nesse povo. Além da barragem, no início da década de 40 a ação extrativista do setor madeireiro se tornou outra ameaça, que desde então vem ocasionando a destruição e a exploração do território Xokleng/Laklãnõ.

A construção da Barragem Norte é um dos principais fatores para a ampliação do movimento migratório dos povos originários da Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ para Blumenau e região. Atualmente, este processo se encontra na segunda geração de migração, que se sustenta em diversos motivos, entre eles, a busca de oportunidades para trabalhar e estudar, fato que consolida novas redes de sociabilidade e modifica a vida desse povo nas cidades (BUSARELLO, 2017).

Neste processo migratório, os povos originários friccionam sua cosmovisão indígena com o capitalismo da “cidade loira” de Blumenau/SC. Segundo Morales (2008) a cosmovisão é uma forma de pensar-agir e de viver no mundo de forma inerente a cada cultura, que orienta e guia a vida de pessoas. Portanto, é uma das mediações da experiência de ser no mundo de cada povo, mas no caso indígena, é negada pelo saber do branco de várias maneiras, como por exemplo os livros didáticos. No embate entre a cosmovisão indígena e o capitalismo, o segundo não legitima o primeiro, e quando dá espaço, mercantiliza os indígenas a favor do capital ou como *slogan* da diversidade.

Blumenau é uma cidade que foi construída com um discurso que define sua identidade como “cidade alemã”, um local em que toda cultura e reprodução identitária são recheadas do que seria o típico alemão: culinária, festas, esportes, tradições, arquitetura enxaimel⁴. Essa cidade se auto intitula “Alemanha Sem Passaporte”⁵. No mês de outubro essa identidade cultural ganha grande ênfase, com a segunda maior festa do chopp do mundo: a Oktoberfest. Esta foi criada na década de 1980 e é reeditada a cada ano, até a atual data. Segundo Flores (1997, p.15),

a tecnologia e a metodologia das festas germânicas tornaram-se um modelo de economias turísticas. A partir delas, o Estado de Santa Catarina, num empenho para implantar o *Turismo Quatro Estações*, é pontilhado de festas que se utilizam dos costumes locais [...].

Em diversas cidades da região as ditas festas típicas permeiam o calendário, e aquecem a economia do Vale do Itajaí. Com esse movimento, a cidade de Blumenau

⁴ Tipo de arquitetura das casas montadas com haste de madeira e preenchidas com tijolos

⁵ Slogan utilizado em campanha publicitária da Prefeitura de Blumenau, em 2014.

oferece uma programação pautada em sua identidade germânica com comida, bebida, desfiles e uma programação de cantos e danças.

Nesse território o lugar social que os povos originários têm para viver na cidade é atravessado pela desigualdade social e pelas relações de poder desumanizadoras que foram historicamente construídas e marcadas pela colonização. Na cidade alemã, o povo originário Xokleng/Laklãnõ tem dificuldades para se inserir nos vários âmbitos da cidade, devido principalmente à questão étnica e o imaginário social, que vê este povo como “preguiçoso”, “o bugre”, e não trabalhador. Com isto, os Xokleng/Laklãnõ vivem uma dialética de exclusão/inclusão social conforme Sawaia afirma,

Exclusão e inclusão são dois pólos do processo de inserção social injusta: o morador excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído pela subjetividade e intersubjetivamente, através ‘participação imaginária’ ou ‘cidadania sublimação’ (SAWAIA, 1995, p. 22).

No entanto, nem todos os sujeitos que migram estabelecem moradia fixa na cidade de Blumenau, muitos ficam na cidade para comercializar produtos artesanais e ter renda monetária e/ou complementá-la, visto as dificuldades vividas na Terra Indígena. Estes sujeitos migram de forma temporária, se amparam em seus parentes que vivem na cidade para ter moradia durante sua estada. Dessa forma, o conceito de família extensa auxilia na migração.

Portanto, nas presentes linhas a migração é tomada como uma forma de enfrentamento político, resistência e de autonomia, pois a busca por viver bem movimenta os povos originários a tomar as cidades “brancas eurocêtricas” e lutar pelo seu espaço. Em relação ao movimento da migração, na cidade que recebe o imigrante, mudanças ocorrem a partir do contato, e essas podem ser tanto positivas como negativas, como o aumento de preconceitos e geração de fronteiras nacionais (DANTAS, 2012).

Neste cenário, o povo originário Xokleng/Laklãnõ não é reconhecido como pertencente à cidade alemã. Pois como a cor canela pode ser parte da cidade loira? O indígena não é visto como fazendo parte desse território, diferente dos descendentes alemães que reviveram o Vale do Itajaí, que construíram Blumenau e demais cidades com sua cultura. Além disto, para a história regional oficial, os povos originários foram denominados pelos brancos como bugres, preguiçosos e atrasados, ou seja, não eram dignos de um lugar na cidade, algo que ainda hoje é carregado pela memória dos sujeitos que compõem o Vale do Itajaí.

A Economia Solidária e o Povo Xokleng/Laklãnõ no Contexto de Blumenau

O conceito de Economia Solidária no Brasil é criado pelo economista Paul Singer, e segundo o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) é:

[...] compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006, p. 11).

Esta forma de economia é uma alternativa ao capitalismo neoliberal e não se trata somente da venda, compra ou consumo, mas também do consumo consciente e trocas solidárias e interculturais.

Schiochet (2009, p. 56) destaca que,

Não há como negar que a economia solidária é uma estratégia própria da sociedade civil. Contudo, com a chegada ao poder local das ‘forças democrático-populares’, passou a ser incorporada também na agenda dos governos. Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária [1990 a 2000].

Com esses incentivos a Economia Solidária ganha muitos espaços da sociedade civil, e no caso de Blumenau, é potencializada pelas ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB um programa de extensão universitário, criado em 1999, para implementar ações alternativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária – ECOSOL da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Atualmente a ITCP/FURB vem atuando com uma equipe interdisciplinar formada por docentes e discentes, visando socializar o conhecimento produzido nos diversos cursos da Universidade junto aos setores excluídos do mundo do trabalho. A Incubadora desenvolve atividades com 7 (sete) grupos nas áreas de: saúde mental, artesanato, alimentação, reciclagem, o Fórum de Economia Solidária de Blumenau – FESB e da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI, essa última criada em 2000.

A partir da assessoria feita ao RESVI/FESB, é organizada desde 2011, a Feira de Economia Solidária, que ocorre mensalmente (durante dois dias) na FURB, durante os meses de março a novembro (com exceção de julho em virtude das férias escolares), no

pátio central em frente à Biblioteca Universitária da FURB. A Feira conta atualmente com a participação de 12 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da RESVI e do FESB, e mais 04 empreendimentos do Fórum de Economia Solidária do Litoral, totalizando 16 empreendimentos envolvendo aproximadamente 500 pessoas. A opção por este local se deu por ser o espaço de maior circulação dos acadêmicos e servidores da Universidade. Os principais produtos comercializados são oriundos dos segmentos produtivos da área do artesanato e alimentação. Ocorrem também atividades de brechó, trocas solidárias, oficinas criativas, atividades culturais (shows e apresentações) e o Sarau da ECOSOL, uma atividade com apresentações de teatro, música, poemas e danças que envolvem acadêmicos, participantes da feira e comunidade em geral.

Frente às dificuldades existentes na Terra Indígena, a migração temporária para a cidade é uma forma de acesso a geração de renda. Neste sentido a Economia Solidária oferece um “calor” em meio à opressão do capital, pois esta forma de produção permite que os povos originários dialoguem de diferentes formas, tanto produtivas como culturais, na cidade. Visto que uma das formas dos Empreendimentos Econômicos Solidários conseguirem se potencializar/empoderar, e criar espaço dentro do mundo globalizado capitalista é a participação em Redes de Economia Solidária, que se tornam um espaço de articulação e criação de estratégias. Neste sentido,

a organização de redes de colaboração solidária locais, regionais e mundial constitui-se em uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, promovendo-se o crescimento econômico e a expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas. (MANCE, 2002, p. 23).

Portanto a Economia Solidária não é apenas uma forma de comercialização ou trocas, mas também uma potencialização dos sujeitos Xokleng/Laklãnõ, que encontram nas Redes de Economia Solidária um coletivo que os respeita e lhes presta auxílio na cidade. No caso da RESVI/FESB, a rede também os mediou no acesso à cidade, através de auxílio ao transporte entre a Terra Indígena e a cidade de Blumenau nos dias da reunião mensal, visto que este é um dos maiores empecilhos vividos por esses sujeitos para ter acesso as cidades.

As ações da Economia Solidária, vão além da geração de trabalho e renda, porque são uma forma de reivindicar direitos sociais e o direito econômico é associado à luta pela democracia (GELLERT, REYES, SCHIOCHET, 2013). A Economia Solidária propicia maior qualidade de vida e propõe uma nova forma de relação econômica e social

onde o sujeito é cidadão de direitos e ativo. Essa nova forma de economia é pautada em relações de solidariedade, responsabilidade social e sustentabilidade. Nas atividades da ECOSOL representantes da comunidade originária Xokleng/Laklãnõ podem comercializar o artesanato de maneira respeitosa, incluindo nessa rede de sociabilidade reciprocidade para com suas práticas e cosmovisão. Nestas Feiras são realizadas várias atividades que tem como norteadores a interculturalidade e a afetividade no espaço universitário e da cidade de Blumenau.

Esses aspectos, normalmente, não são vivenciados pelo povo originário dentro da cidade loira visto a situação de desvalor do social, fruto da exclusão/inclusão social determinada pela cidade de Blumenau (BUSARELLO, 2017). O sofrimento vivenciado na cidade é gerador do que Sawaia (2001, p. 104) intitula como sofrimento ético-político que “abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas”. Um sofrimento que é psicossocial, e toma o corpo e a alma, pois na “cidade loira” *a priori* não existe espaço para o ser indígena ou fugir da norma germânica. O sofrimento ético-político,

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. (SAWAIA, 2001, p. 104).

Esse sofrimento é a dor da contínua negação imposta socialmente que não possibilita a este povo se apropriar da produção material, cultural e social e de expressar livremente seus desejos e afetos.

Não fazendo parte das padrões dominantes e não se enquadrando na norma eurocêntrica que reproduz padrões sociais e de beleza, os povos originários têm sobre si um olhar estigmatizador e preconceituoso. Portanto o indígena vivência o sofrimento que é ético-político no contexto urbano de Blumenau. (BUSARELLO, 2017).

Entendendo que “a cidade é o *locus* onde o aparecer é mais importante que o ser” (SAWAIA, 1995 p.22), a maquiagem de Blumenau enquanto um reduto de trabalhadores germânicos perpassa a história da cidade. Isso dificulta que aqueles que não condizem com a norma eurocêntrica apareçam, invisibilizando qualquer diversidade para além do dito europeu.

Nesse território de Blumenau, a Feira de Economia Solidária possibilita visibilidade ao povo Xokleng/Laklãnõ, pois esse sujeitos que estão na cidade compõem a feira, as reuniões e os espaços da Universidade, além de comercializar seu artesanato

em um espaço de encontros potencializadores e que permitem o protagonismo desses sujeitos. Durante a reunião do FESB/RESVI participam ativamente das decisões e da programação da Feira, tendo assim um espaço de movimento diferente do que vivenciam na cidade. Dentro da Economia Solidária o espaço de comércio é na feira, não em ruas ou calçadas, os sujeitos não são excluídos, e sim fazem parte da afetividade e interculturalidade existente nos ambientes da ECOSOL. Para além da comercialização, esses espaços se tornam um local de visibilidade: da sua cultura, cosmovisão e resistência.

Além das feiras e reuniões, os sujeitos Xokleng/Laklãnõ participam das oficinas e viagens técnicas juntamente com o RESVI/FESB, o que os potencializa como cidadãos de direitos e os capacita em diferentes âmbitos, tanto na produção como em sua vida. Também acontece a troca de conhecimento com os outros integrantes da Rede, pois neste espaço seu conhecimento não é deslegitimado como no discurso dominante da cidade.

A Economia Solidária media/possibilita um espaço para o povo Xokleng/Laklãnõ de amorosidade e respeito, não impondo o branqueamento como normativa, e incorporando a sua cosmovisão e ancestralidade, ao mesmo tempo que a ECOSOL aprende com os povos originários, que através do sentimento e da amorosidade lidam com o contexto planetário. Este trabalho também defende que a Economia Solidária pode ser uma forte aliada no fortalecimento das lutas dos povos originários, pois garante formas de viabilidade e visibilidade para a economia e cultura destes povos na cidade e, pode nas Terras Indígenas, ser um modo de manter as tradições e os princípios das mesmas, pois tem total identificação e semelhança com a ancestralidade dos povos originários.

Considerações finais

O povo originário migra para a cidade de Blumenau procurando uma vida digna, mas se depara com o contexto urbano capitalista que fragmenta a comunidade e esfacela o ser indígena, pois sua cosmovisão e modo de viver não possui espaço nem visibilidade. Assim, mesmo após anos desde a conquista e invasão do seu território, o povo Xokleng/Laklãnõ sofre com a invisibilização e o capitalismo.

A migração é um processo difícil independente da etnia, no caso Xokleng/Laklãnõ é pautada na busca por uma vida digna ou acesso a saúde e trabalho. Ao chegar na cidade o sujeito se depara com uma realidade preconceituosa e excludente, por isso o acesso ao RESVI e FESB, juntamente com a Economia Solidária, são uma

forma de potencializar e mediar a vida desses sujeitos, não apenas na cidade mas também na Terra Indígena.

Procurando formas de ter acesso a cidade de forma digna, este povo encontra na Economia Solidária um espaço para partilhar conhecimentos e visibilidade. Ao contrário do capitalismo, a Economia Solidária e seus participantes dialogam de forma horizontal e afetiva com os povos originários Xokleng/Laklãnõ.

A visão estereotipada sobre o povo originário, reproduzida nas mídias, livros didáticos e discurso do branco, repercute em um não lugar para esse sujeito nas cidades, visto que não são considerados indígenas por estarem no contexto urbano. Portanto estas linhas também têm o intuito de provocar mudanças nesse paradigma, pois o indígena não deixa de ser indígena por transitar nas cidades, visto que seu território é onde ele deseja estar e viver como tal. Com isto, a Economia Solidária também possibilita para esse povo o trânsito em diferentes territórios, o que os potencializa como sujeitos de direitos.

A Economia Solidária dialoga e reconhece a cosmovisão indígena, diferente do capitalismo que a nega e inviabiliza, sendo assim a ancestralidade e costumes das diferentes etnias indígenas têm nesta economia um espaço de valor. Com isto, muitos dos preceitos da ECOSOL fortalecem a luta dos movimentos indígenas, sendo assim um parceiro e multiplicador desses valores.

Para isso, este artigo traz a experiência da ITCP/FURB, RESVI/FESB e povos originários Xokleng/Laklãnõ que transitam no contexto urbano para fortalecer o debate das comunidades tradicionais e Economia Solidária, e potencializar a luta por uma vida digna e de respeito, abrindo cada vez mais espaço para a interculturalidade e políticas públicas para esses sujeitos. Paulo Freire nos lembra que “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 1996, p. 16). A partilha dos conhecimentos proporcionada pela ECOSOL fortalece a luta e o caminho percorrido, seja na cidade ou na Terra Indígena, pois o indígena é aonde ele quiser ser.

Referências

BUSARELLO F. R., HINKEL J. **A Cor Canela e a Cidade Loira: um estudo de caso sobre a identidade dos povos originários no contexto urbanizado de Blumenau. Emancipação.** v.16 n.2, p. 330-343, 2017.

DANTAS, Sylvia D. **Para uma compreensão intercultural da realidade**. In: DANTAS, Sylvia D. (Org) Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012, p. 15-23.

FLORES, Maria B. R. **OKTOBERFEST: Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GELLERT, Luana J., REYES, Paula C. P., SCHIOCHET, Valmor. **A relação entre o poder público e a sociedade civil: o caso da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí**. In: MARCHI, R., PRIM, L., ANDRADE, E. Economia Solidária na ITCP/FURB Reflexões e Experiências em Busca da Inclusão Social. Blumenau: Meta, 2013.

HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues. **Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da Ti Ibirama para Blumenau – SC**. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

KEIM, Ernesto Jacob. Relatório final da pesquisa enviado para a CAPES (partes). IN: KEIM, Ernesto Jacob et al. (Orgs). **Educação na diversidade étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial**. Curitiba: CRV, 2014. p. 475-498.

KONELL, Vania. **Cosmovisão e educação interétnica: educação escolar indígena Xokleng/Laklãnõ**, 2013. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Regional de Blumenau. Blumenau.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômico-Filosóficos: Complexidade e Libertação**. Petrópolis, Vozes, 2002.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília : MTE, SENAES, 2006.

MORALES, Patrícia Pérez. **Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramentos de Paulo Freire na província de Chimborazo, Equador**. 240f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

SAWAIA, Bader. Calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9 n. 2, p. xx-xx, 1995.

SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios**. IPEA: Mercado de Trabalho. v 40, pp 55-59, 2009.